

TRABALHO INFANTIL E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: DIAGNÓSTICO PARA SUBSIDIAR O ENFRENTAMENTO À VIOLAÇÃO DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Apresentação: A referida prática apresentada neste artigo trata-se da execução de uma “pesquisa sobre a realidade social de (in)segurança alimentar das famílias em situação de Trabalho Infantil no município de Vitória-ES”. Considerando a base do Cadastro Único para Programas Sociais de março/2021, o município de Vitória conta com 33.724 famílias cadastradas, sendo que 51% destas encontram-se em situação de extrema pobreza (renda familiar *per capita* mensal de até R\$ 89,00) e 7% em situação de pobreza (renda *per capita* mensal entre R\$ 89,01 e 178,00). Se levarmos em consideração a especificidade do público da pesquisa, chegaremos à constatação de sua intensa correlação entre violações de direitos e exposição à desigualdade social de renda e a pobreza. Os indicadores apontados pelo Observatório do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) de Vitória, consta que tais famílias têm uma renda mensal *per capita* inferior a R\$140,00, o que as enquadra no que chamamos de pobreza extrema. No contexto de viabilização do Auxílio Emergencial Federal, 88% das famílias vítimas de Trabalho Infantil fizeram uso do recurso, por outro lado, apenas 44% tem acesso ao Programa Bolsa Família. O que indica que após o final do Auxílio Emergencial estas famílias estarão com sua renda gravemente comprometida. Ainda no contexto do Cadastro Único de Assistência Social, apresentado acima, nota-se também agravada a desigualdade de gênero e raça/etnia. No referido público vítima de Trabalho Infantil, 95% das famílias são chefiadas por mulheres e mães solo. No quesito raça/etnia aponta-se a existência de 90% que se declaram negras e pardas. **Justificativa:** A tarefa de (re)conhecer a situação da segurança alimentar das famílias vítimas de Trabalho Infantil em Vitória e suas particularidades necessita reconhecermos também que se trata de uma das expressões da questão social (SILVA, 2002). Neste sentido estamos tratando de um segmento populacional em uma situação de evidente miséria econômica e social. Esses fatores dinamizam ainda mais a existência e multiplicação da expressão do Trabalho Infantil combinado com os elementos mais conjunturais acerca da segurança alimentar no país. Conforme o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede Penssan – Projeto VigiSAN) realizada em 2020, a fome retornou aos patamares de 2004 e o retrocesso mais acentuado se deu nos últimos dois anos. O Diagnóstico Situacional de Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (PNUD, 2020), afirma que estudos têm evidenciado a associação entre desnutrição e pobreza e também a obesidade se revela um fator ligado à capacidade de acesso da população a alimentos saudáveis.

“Alimentos nutritivos e frescos são mais caros que aqueles ultra processados, os quais apresentam grandes quantidades de açúcar, sal, gordura e baixo teor de nutrientes.” (PNUD, 2020). É nesta relação entre IA e a situação de violação de direito social de crianças e adolescentes vítimas de Trabalho Infantil que acreditamos residir uma importante inflexão acerca do planejamento e da elaboração de políticas sociais públicas nos municípios. Assim, o preceito constitucional que indica a prioridade absoluta de crianças e adolescentes como sujeitos em desenvolvimento sob a doutrina da proteção integral torna ainda mais grave a questão da IA e sua relação com as famílias vítimas da exploração do Trabalho Infantil, ressaltando ainda mais a necessidade desta pesquisa. **Objetivos:** A pesquisa está em andamento e busca atingir os seguintes objetivos específicos: qualificar os processos de trabalho, atenção, atendimento e abordagem às vítimas de Trabalho Infantil; aprimorar os processos de planejamento e gestão dos serviços, programas e projetos que atuam nos territórios junto as famílias vítimas de Trabalho Infantil; subsidiar a gestão pública municipal para a tomada de decisões e o empenho qualificado de recursos que permita a elaboração de políticas, serviços, programas, projetos e benefícios que visam contribuir com erradicação do Trabalho Infantil; contribuir com o exercício do controle social junto aos movimentos, organizações e coletivos que atuam na defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes; identificar o nível de segurança alimentar das famílias incluídas no Peti Vitória para intervenções ligadas à área da promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada. **Metodologia:** o presente projeto apresenta uma pesquisa de amostra comparativa que se baseará em uma metodologia fast tracking abrangendo o território de Vitória. Fast tracking é um método de pesquisa rápida que atende a necessidade da reflexão acerca da situação vigente de fenômenos em manifestação na realidade social. Neste sentido, a pesquisa consiste em uma aplicação de questionário sobre a situação atual da segurança alimentar e nutricional das famílias vinculadas ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no município. O questionário da pesquisa é uma construção coletiva da gestão da proteção social de média complexidade, da gestão de segurança alimentar e nutricional e do PETI. Para satisfazer a amostra com pertinência e confiabilidade indica-se uma cobertura de 53,4% da demanda universal de 191 casos, para corresponder a esta estimativa percentual serão aplicados 102 questionários estruturados. Como trata-se de uma pesquisa amostral comparativa, serão confrontadas para análise os questionários estruturados aplicados em dois grupos com 51 questionários aplicados em cada um deles. Os grupos I e II correspondem, respectivamente: I) **Famílias contempladas** por alguma ação de segurança alimentar (kits de alimentos e/ou cestas de alimentos) nos últimos dois meses. Totalizando 51 questionários, o que indica um total de 26,7% do universo geral da pesquisa. II) **Famílias não contempladas** por nenhuma ação de segurança alimentar nos últimos dois meses. Totalizando 51 questionários, o que

indica um total de 26,7% do universo geral da pesquisa. A abrangência territorial de aplicação da pesquisa amostral comparativa se baseará na divisão atual dos territórios de CREAS, que subdividem a cidade e acompanham os pontos de incidência do fenômeno por meio de três macrorregiões (Maruípe, Bento Ferreira e Centro). **Resultados:** Como trata-se de uma pesquisa em andamento, os dados referentes aos resultados alcançados são preliminares e, por esta razão, ainda não correspondem à totalidade da pesquisa. Já verificamos de imediato que a situação de renda é a principal resposta das famílias para justificarem a reprodução do trabalho infantil. Isso ratifica demais estudos que indicam que as famílias apontam a necessidade de complemento de renda e a utilização da renda oriunda do Trabalho Infantil para subsistência de suas famílias, sobretudo em relação à alimentação e vestimentas. Ainda que pese a centralidade destes resultados conseguimos alcançar com esta pesquisa a disponibilização de kits de alimentação para as famílias inseridas no PETI. Isto é, em parceria com o Banco de Alimentos, conseguimos disponibilizar até a presente data cerca de 400 cestas de alimentos e 350 kits alimentação. Além destes resultados pudemos verificar a intersecção do Trabalho Infantil com a Segurança Alimentar e Nutricional tomando-os como uma unidade importante para o desenvolvimento de crianças e adolescentes. As equipes de trabalho dos CREAS, bem como da GSAN, passaram a debater e compreender ainda mais as consequências e a necessidade de erradicação deste grave fenômeno. Para tais resultados, ainda iniciais, utilizamos ferramentas gratuitas (google formulários), e inserimos no processo de trabalho das equipes a coleta de dados por meio dos fluxos de concessão dos benefícios como cestas de alimentos, por exemplo. Deste modo, além de atribuir ainda mais sentido nesta concessão, pudemos refletir conjuntamente com usuários e usuárias, trabalhadores e gestores da política de assistência social do município. As ações da pesquisa também já estão sendo integradas, ainda que preliminarmente, às oficinas de elaboração do Plano Municipal de Enfrentamento ao Trabalho Infantil de Vitória, mostrando a importância desta reflexão conjunta. Isto nos permite avançar em próximos passos, como a elaboração de indicador referente a segurança alimentar e nutricional das famílias vítimas de trabalho infantil, junto ao Sistema de Gerenciamento e Acompanhamento Familiar (SIGAF) e também, o Observatório do Trabalho Infantil de Vitória. Estas são tarefas já inseridas no cronograma desta proposta que ainda se encontra em desenvolvimento na etapa de aplicação dos questionários e coleta de dados.

Referências

REDE PENSSAN. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Olheparaafome.com.br, 2021. Disponível em <http://olheparaafome.com.br/#action>.

Acesso em 27 maio 2021.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Territorialização e aceleração dos ODS** : diagnóstico situacional de indicadores ODS. Brasília: PNUD, 2020.

SILVA. M. L. O. **Adultização da Infância**: o cotidiano das Crianças trabalhadoras no mercado Ver-o-peso, em Belém do Pará. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 69, Ano XXIII, Março. São Paulo: Cortez, 2002.

Registro fotográfico

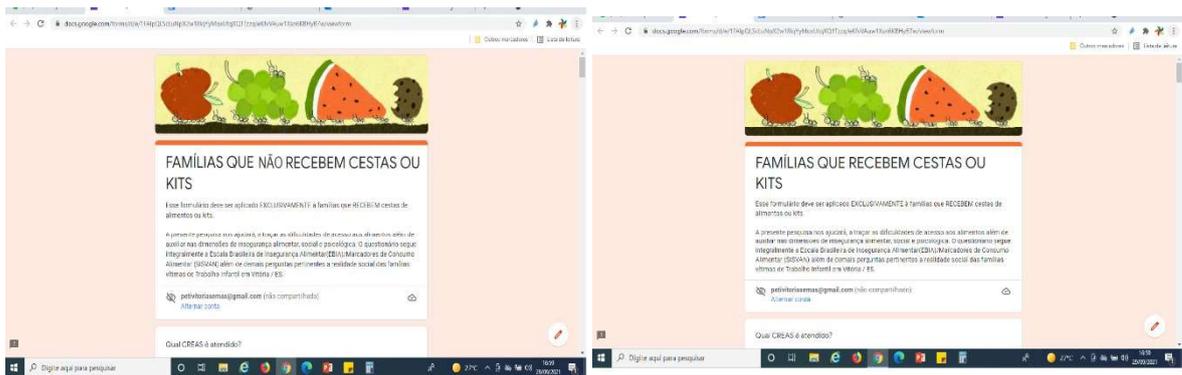


Imagem 1: Questionário da pesquisa: Famílias que não recebem cestas ou kits de alimentos/Famílias que recebem cestas ou kits de alimentos. **Fonte:** elaborado pelos autores.



Imagem 2: Kit de alimentos provenientes do trabalho de Captação de Alimentos do Banco de Alimentos Herbert de Souza. **Fonte:** Elaborada pelos autores.



Imagem 3: Reunião de orientação com aplicadores do questionário da pesquisa. **Fonte:** elaborada pelos autores